

Notícias Sindicais, 27/08/14

Federação Nacional dos Urbanitários

Sinergia-BA: Mobilização vitoriosa

Organizados pelo Sinergia, coelbanos de todo estado mostraram sua indignação em relação ao descaso da Coelba com o plano de saúde

O Sinergia promoveu hoje, 25, uma grande mobilização em todo estado para denunciar o descaso da Coelba em relação aos prejuízos amargos pelos coelbanos por conta do impasse da Bradesco saúde com os médicos. A adesão da categoria ao chamado do sindicato foi maciça, provando a indignação dos trabalhadores com a situação.

Em todo estado os coelbanos têm se queixado da dificuldade em realizar procedimentos e de serem atendidos por profissionais da área médica. A situação foi denunciada pelos membros dos trabalhadores na comissão paritária, que apresentaram, também, alternativas para a Coelba. Mas, apesar da cobrança dos dirigentes, a empresa preferiu a omissão e, indiretamente, apoiar a Bradesco Saúde, pagando inclusive as faturas de forma integral e antecipada, mesmo sem os serviços serem efetuados em sua plenitude.

Mobilização – Diante da negativa da empresa em relação aos sucessivos pedidos feitos pelo Sinergia, através dos representantes na comissão paritária, o sindicato organizou uma grande mobilização em todo estado nesta segunda, 25. Na sede, os coelbanos aderiram em massa à mobilização, deixando as dependências da empresa vazia. Nos grandes centros também houve grande adesão ao movimento. Itabuna, Conquista, Barreiras, Camaçari, Feira, Pombal, além de outras cidades das diversas regionais aderiram ao movimento.

Durante a mobilização, os trabalhadores sugeriam algumas alternativas, entre elas a tentativa de trocar a operadora atual pela Cassi, já que esta pertence ao acionista majoritário do grupo e, em tese, pode prestar um melhor serviço. Os coelbanos reafirmaram também as sugestões apontadas pelos membros dos trabalhadores na comissão paritária.

O Sinergia entende que a responsabilidade de toda esta situação é da Coelba, uma vez que foi a empresa que decidiu – unilateralmente – terceirizar o plano de saúde. Ademais, o benefício do plano está assegurado no ACT e, portanto, cabe a empresa honrar com o acordo.

Nesta semana, o Sinergia aguarda a confirmação da mediação junto à SRTE, que deve se informar a data ainda esta semana. "Estamos atuando em várias frentes para resguardar o acesso do trabalhador aos serviços de saúde. Não iremos aceitar a omissão da empresa, que prejudica e expõe os seus trabalhadores a situações que podem ser irreparáveis", destaca a direção do Sinergia, que agradece aos coelbanos pela grande adesão ao movimento desta segunda.

Fonte: Sinergia-BA

Portal da CUT

Copasa sepulta o diálogo e instaura dissídio coletivo

26/08/2014

Direção da empresa se recusa em alterar proposta inicial e mantém insensibilidade para com seus trabalhadores

Escrito por: FNU

A Copasa instaurou Dissídio Coletivo, através do processo DC-00010827-76.2014.5.03.0000, junto ao Tribunal Regional do Trabalho – 3ª TRT, demonstrando que a alta direção se recusa em alterar sua proposta inicial e mantém sua insensibilidade para com os trabalhadores da empresa, impedindo uma melhor maneira de solucionar o conflito através da negociação direta.

Deixou de reconhecer a grande mobilização dos trabalhadores, mantendo sua proposta inicial de conceder apenas a reposição das perdas salariais de 5,82% para salários e benefícios e aumentar o ticket restaurante para 10%.

Agora, depois de 140 dias, leva a discussão para ser resolvida pelo Tribunal Regional do Trabalho, onde haverá inicialmente a tentativa de mediação, quando as partes serão ouvidas para se tentar novamente chegar a uma proposta para serem submetidas aos trabalhadores em assembleias gerais.

Os trabalhadores não estão obrigados a aceitar nenhuma proposta que não atenda os seus interesses e podem manter o movimento de greve até a solução da questão.

A mobilização é importante para forçar uma solução mais rápida. Na conciliação também poderá ser discutido o não-desconto dos dias parados. Portanto, todos os trabalhadores devem se manter mobilizados e continuarmos a luta é vital importância para chegarmos a um resultado positivo e sermos respeitados.

Caso as partes (trabalhadores e patrão) não cheguem a uma proposta para resolver o impasse, o Juiz Mediador apresentará uma proposta final para ser submetidas aos trabalhadores e à

direção da empresa. Não havendo concordância, o processo seguirá para o Pleno do Tribunal, onde as partes poderão mais uma vez fazer suas considerações na seção de julgamento. O momento deste julgamento dependerá de agenda e prioridades do Tribunal, sendo que nossa mobilização continua sendo um fator decisivo.

Portal da CUT

Sismuc lança campanha de sindicalização e novo site

26/08/2014

Iniciativas fortalecem a organização e a luta dos servidores municipais de Curitiba

Escrito por: Pedro Carrano/Sismuc

Um ponto de chegada. Mas, ao mesmo tempo, um ponto de partida. A comemoração dos servidores do Sismuc para apresentar a campanha de sindicalização, o novo site e a nova sede sindical mostram que muito já foi conquistado. E que os servidores seguem fortalecidos para as próximas caminhadas.

A nova sede deve contar com uma biblioteca, espaço de cultura e documentação para referência do servidor público. Conta também com um espaço da chamada ciranda, para que o servidor possa deixar os filhos pequenos enquanto frequenta a sede do sindicato.

A coordenadora-geral do Sismuc, Ana Paula Cozzolino, reforçou que o Sismuc é, em resumo, um sindicato que luta por um serviço público de qualidade. "Queremos que cada servidor participe desse espaço, trazendo novas informações, para seguirmos fortes e de luta (...) Cada um sai daqui com a tarefa de sair e levar a campanha do sindicato", disse.

Assim como a presidenta da CUT, Ana Paula também valorizou a comunicação sindical, tão importante quanto a formação e a organização de base. "A Prefeitura usa recorrentemente a ferramenta da propaganda enganosa, que chega a cada servidor rapidamente na base. Por isso organizamos a nossa própria comunicação", denuncia.

Presente ao evento, ao lado de servidores, militantes e diretores do Sismuc, a presidenta da CUT, Regina Cruz, exaltou a característica de um sindicato de vários segmentos e várias lutas, que não se mobiliza apenas em período de data-base. "Além do investimento em comunicação. Eu sempre digo que os sindicatos que não têm uma política de comunicação estão ficando para trás", pensa.

O Sismuc em poucas palavras

Questionado sobre como descrever a importância do Sismuc em poucas palavras, o diretor Giuliano Gomes, fiscal e diretor do Sismuc, não hesitou: "Estou emocionado. É um momento de grande avanço, de construção de um espaço que é do trabalhador", afirma.

Irene Rodrigues, também da coordenação do Sismuc, valorizou o fato de o sindicato representar servidores municipais de diferentes áreas e profissões, tais como Saúde, Educação, Meio-Ambiente, Polivalentes, Fundações, Abastecimento, e demais secretarias municipais. "O valor do Sismuc é pela unidade da classe e temos demonstrado que com unidade a gente conquista. É de fato um sindicato de todas as lutas", diz.

Portal da CUT

Ataques a bancos crescem 9,1% e somam 1.693 no primeiro semestre

26/08/2014

Pesquisa da Contraf-CUT, CNTV-PS e Fetravisp, com apoio do Dieese, aponta média de 9 ocorrências por dia, sendo 403 assaltos e 1.290 arrombamentos

Escrito por: Contraf-CUT com CNTV, Fetravisp e Dieese

Os ataques a bancos alcançaram 1.693 ocorrências em todo país no primeiro semestre de 2014, uma média assustadora de nove casos por dia, o que representa um crescimento de 9,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Desses, 403 foram assaltos (inclusive com sequestro de bancários e vigilantes), consumados ou não, e 1.290 arrombamentos de agências, postos de atendimento e caixas eletrônicos. No primeiro semestre de 2013, foram registrados 1.552 ataques, sendo 433 assaltos e 1.119 arrombamentos.

Os dados são da 7ª Pesquisa Nacional de Ataques a Bancos, elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV-PS) e Federação dos Vigilantes do Paraná (Fetravisp), com apoio técnico do Dieese, a partir de notícias da imprensa, estatísticas disponíveis de secretarias de segurança pública dos estados e informações de sindicatos e federações de vigilantes e bancários de todo o país.

O levantamento contou com apoio do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região, Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região e da Fetec-CUT/PR. O número de casos certamente foi ainda maior devido à dificuldade de levantar informações em alguns estados e pelo fato de que muitas ocorrências não são divulgadas pela imprensa nem registradas pelos bancos.

A pesquisa foi lançada nesta segunda-feira (25), na sede da Contraf-CUT, em São Paulo, com a presença de dirigentes das entidades e do Dieese.

São Paulo é o estado que mais uma vez lidera o ranking, com 403 ataques. Em segundo lugar aparece de novo Minas Gerais, com 236, em terceiro o Paraná, com 182, em quarto o Rio Grande do Sul, com 125, e em quinto a Bahia, com 120.

A região Sudeste segue com o maior número de ataques (691), seguida do Nordeste (454), Sul (392), Norte (84) e Centro-Oeste (72).

Bancários e vigilantes cobram medidas de prevenção

A CNTV, a Contraf-CUT e a Fetravisp irão encaminhar cópia da pesquisa para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e para a Polícia Federal, reiterando a necessidade de discutir medidas para prevenir ataques a bancos e proteger a vida das pessoas.

"Cobramos providências das autoridades para evitar mortes e reduzir os ataques a bancos, que ocorrem, sobretudo, por negligência dos bancos, uma vez de que eles preferem fazer a gestão do lucro em detrimento da proteção da vida de trabalhadores e clientes", afirma o presidente da Contraf-CUT, Carlos Cordeiro.

"Esperamos que esses dados mostrem aos bancos a importância de apresentar propostas de segurança na mesa de negociações da Campanha Nacional dos Bancários 2014, que ocorre nesta quarta e quinta-feira, dias 27 e 28, em São Paulo", completa o dirigente da Contraf-CUT.

"Exigimos também a responsabilização civil e criminal dos executivos dos bancos e das empresas de segurança, que são responsáveis pela insegurança nas agências e postos de atendimento, pois essa situação de mortes e ataques não pode ser banalizada, mas precisa ser enfrentada com ações concretas que coloquem a vida das pessoas em primeiro lugar", reforça o presidente da CNTV, José Boaventura Santos.

"Os bancos não podem continuar tratando os arrombamentos como problema de segurança pública, uma vez que acontecem por causa das instalações vulneráveis de seus estabelecimentos e dos locais inseguros onde se encontram os caixas eletrônicos", salienta Boaventura.

"Esses dados são muito importantes para o debate com os bancos, as empresas de segurança e a sociedade, bem como para a construção com avanços do projeto de lei de estatuto de segurança privada, que se encontra em elaboração no Ministério da Justiça, para atualizar a lei federal nº 7.102/83", destaca o presidente da Fetravisp, João Soares.

"O aumento de ataques a bancos, principalmente arrombamentos, no primeiro semestre deste ano, tem a ver com a onda de explosões de caixas eletrônicos, muitos instalados em locais inseguros e desprovidos de equipamentos de segurança", explica João Soares. "O Exército precisa melhorar a fiscalização e o controle de transporte, armazenagem e comércio de dinamite", defende.

Escassez de investimentos dos bancos

Conforme estudo feito pelo Dieese, com base nos balanços publicados do primeiro semestre de 2014, os cinco maiores bancos (Itaú, Bradesco, BB, Caixa e Santander) lucraram R\$ 28,3 bilhões e aplicaram R\$ 2,4 bilhões em despesas com segurança e vigilância, o que representa uma média de 8,6% na comparação entre os lucros e os gastos com segurança.

"Os bancos falam que estão preocupados com a segurança, mas gastam muito pouco diante de seus lucros estratosféricos", salienta o secretário de Imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

"Está na hora de os bancos passarem a olhar as despesas de segurança e vigilância como investimentos, ao invés de custos que podem ser reduzidos. A proteção da vida das pessoas não pode ficar no discurso. Precisamos de medidas concretas de prevenção, pois a vida é o patrimônio mais valioso que existe na face da terra", ressalta Ademir.

Número de assaltos é o dobro da estatística da Febraban

O número de assaltos da pesquisa é 2,16 vezes maior que a estatística nacional de assaltos da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Enquanto a pesquisa da Contraf-CUT, CNTV e Fetravisp aponta 403 ocorrências no primeiro semestre deste ano, a Febraban apurou 186 no mesmo período, uma diferença de 217 casos.

"A Febraban deveria refazer as contas, pois é uma grande diferença. Pode ser que existam agências e postos que não providenciaram a emissão do Boletim de Ocorrência (BO) na polícia, apesar da obrigatoriedade prevista na cláusula 31ª da convenção coletiva dos bancários", alerta Carlos Cordeiro.

"Queremos que os bancos enviem uma cópia do BO para a Cipa, o sindicato local e a Contraf-CUT, a fim de que possamos fiscalizar o registro dos ataques", reivindica o presidente da Contraf-CUT.

"Lamentamos que a Febraban não divulgue estatística dos arrombamentos. Esses crimes revelam que as instalações dos estabelecimentos são frágeis e, por isso, geram medo e

insegurança, sendo que várias vezes os ataques provocam tiroteios e até mortes de policiais e transeuntes", destaca Boaventura.

32 mortes em assaltos envolvendo bancos no 1º semestre

Outro diagnóstico da violência nos bancos é a recente pesquisa nacional sobre mortes em assaltos envolvendo bancos, elaborada pela Contraf-CUT e CNTV a partir de notícias da imprensa, com apoio técnico do Dieese.

No primeiro semestre de 2014, o levantamento apurou a ocorrência de 32 assassinatos, média de cinco vítimas fatais por mês, um aumento de 6,7% em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registradas 30 mortes.

São Paulo é o estado que liderou novamente a pesquisa com 12 mortes, o que representa 38,7% dos casos. Rio de Janeiro (4), Pernambuco (3), Minas Gerais (2), Paraná (2), Goiás (2) e Paraíba (2) são os estados que vêm em seguida.

O crime da "saidinha de banco" aumentou ainda mais a liderança entre os tipos de ocorrências, tendo provocado 20 mortes, o que representa 62,5% dos casos. O assalto a correspondentes bancários segue em segundo lugar, agora ao lado dos ataques a caixas eletrônicos, ambos com 4 mortes, o que significa 12,5% das vítimas fatais. Depois, vem mortes em assaltos a agências (3) e transporte de valores (1).

Assim como cresceram as mortes em "saidinha de banco", aumentaram também os clientes como as maiores vítimas. Do total, 22 pessoas eram clientes, o que significa 68,8% dos assassinatos. Em seguida vêm policiais (2), vigilante (1) e outras pessoas (7), muitas vítimas de balas perdidas em tiroteios.

"Os bancos gastam milhões de reais em marketing para tentar melhorar a sua imagem e a estética das agências, mas não se preocupam com as pessoas que estão morrendo em assaltos envolvendo bancos, o que é inaceitável. O setor mais lucrativo do país está devendo contrapartidas sociais para a sociedade brasileira", critica João Soares.

Multas da Polícia Federal provam que bancos descumprem legislação

O descaso dos bancos é ainda mais evidente diante das multas aplicadas pela Polícia Federal nas reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal (PF).

No primeiro semestre deste ano, os bancos foram multados em R\$ 5,585 milhões por descumprimento da lei federal 7.102/83 e de normas de segurança. As principais infrações dos bancos foram a ausência de plano de segurança aprovado pela PF, número insuficiente de vigilantes, alarme inoperante e utilização de bancários para transporte de valores, dentre outras irregularidades.

Propostas dos vigilantes e bancários para garantir segurança

- Porta giratória com detector de metais antes da sala de autoatendimento com recuo em relação à calçada, onde deve ser colocado um guarda-volumes com espaços chaveados e individualizados;
- Vidros blindados nas fachadas;
- Câmeras de vídeo em todos os espaços de circulação de clientes, bem como nas calçadas e áreas de estacionamento, com monitoramento em tempo real e com imagens de boa qualidade para auxiliar na identificação de suspeitos;
- Biombos ou tapumes entre a fila de espera e a bateria de caixas;
- Divisórias individualizadas entre os caixas, inclusive os eletrônicos;
- Cumprimento do plano de segurança de cada estabelecimento, conforme prevê a lei nº 7.102/83, garantindo a presença de no mínimo dois vigilantes, enquanto houver bancários e clientes em agências e postos de atendimento;
- Fim da guarda das chaves de cofres e das unidades por bancários e vigilantes, ficando as chaves na sede das empresas de segurança, ou então abertura e fechamento por controle remoto;
- Proibição do transporte de valores por bancários; operações de embarque e desembarque de carros fortes somente em locais exclusivos e seguros; e fim do manuseio e contagem de numerário por vigilantes no abastecimento de caixas eletrônicos;
- Atendimento médico e psicológico para trabalhadores e clientes vítimas de assaltos, sequestros e extorsões;
- Escudos e assentos no interior das agências e postos de atendimento para os vigilantes;
- Instalação de caixas eletrônicos somente em locais seguros;
- Maior controle e fiscalização do Exército no transporte, armazenagem e comércio de explosivos;
- Isenção das tarifas de transferência de recursos (DOC, TED) para reduzir a circulação de dinheiro, a fim de combater o crime da "saidinha de banco".

Renda das famílias mantém busca de emprego em baixa

26/08/2014

As taxas relativamente baixas de desemprego nas principais Regiões Metropolitanas — na faixa dos 3,6% e 6,6%, segundo dados de julho do IBGE — escondem um fenômeno que surpreende por não parar de aumentar no Brasil, mesmo em um cenário de baixo crescimento econômico e alta inflação: a menor pressão do mercado de trabalho por uma população que, mesmo em idade ativa, não trabalha e nem quer trabalhar. Até abril, 19.194 pessoas compunham a Pnea (População Não Economicamente Ativa), 1.075 a mais do que em igual mês de 2013.

Segundo o IBGE, a partir de setembro do ano passado esse movimento passou a ser notado de forma mais sensível e desde então vem apresentando taxas crescentes nas principais regiões metropolitanas do país. Para economistas, o aumento da renda média do trabalhador brasileiro pode estar viabilizando às famílias postergar a entrada de seus filhos no mercado de trabalho, permitindo, assim, que invistam em suas qualificações, dando mais condições aos jovens na disputa por melhores cargos e salários. Em julho, o rendimento médio real da população ocupada registrou máxima de R\$ 2.252,83 no Rio de Janeiro, e mínima de R\$1.517,69 em Recife.

O que surpreende, no entanto, é o fato de esse movimento se manter em evolução mesmo com a redução do poder de compra das famílias (visto que a inflação nos últimos 12 meses beira os 6,5%) e a perda de ritmo da atividade econômica. Ontem, o Boletim Focus, do Banco Central, reduziu pela 13ª vez seguida a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) no ano, de 0,79% para 0,70%.

“Esse cenário contrasta com as perspectivas do mercado financeiro de que a inflação crescente provocaria um rombo nas contas das famílias, mesmo que esse patamar (de 6,5%) não seja o ideal. Um mercado de trabalho com desemprego baixo, ainda que menos favorável do que há dois anos, tem feito com que as famílias consigam preservar seus membros em uma situação de desemprego”, observa Claudio Dedecca, professor de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Economista da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Rodrigo Leandro de Moura destaca que, ao mesmo tempo em que a Pnea cresce, a População Economicamente Ativa (PEA) — grupo de pessoas ocupadas ou à procura de emprego — vem encolhendo mês a mês. Para ele, o cenário mostra um outro contrassenso, visto que em momentos em que o salário cresce acima da inflação e a taxa de desemprego é baixa, o natural seria assistirmos a um movimento de atração para o trabalho.

“Possivelmente as perspectivas quanto ao menor crescimento econômico e a redução de novas oportunidades de trabalho vêm fazendo com que os jovens alonguem seu ciclo de estudos, postergando a entrada no mercado, visando a um futuro mais promissor”, resume o economista, enfatizando que o fenômeno daqui é bem diferente do que ocorreu nos Estados Unidos após a crise. “Lá, a PEA caiu em virtude do aumento do desemprego e da falta de novas oportunidades. As pessoas ficaram desalentadas e deixaram de buscar oportunidades”, analisa, acrescentando que a desaceleração crescente da economia brasileira coloca uma interrogação no meio desse ciclo de expansão. “Até onde esse fenômeno vai se sustentar, é complicado prever”, diz Claudio Dedecca.

Envelhecimento da população e expansão da Previdência

Efeitos demográficos, como o envelhecimento da população e a redução do número de jovens também compõem esse cenário de aumento da PNEA. Rodrigo Leandro de Moura destaca que quando se analisam os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, verifica-se que a maior parte da população na Pnea é de pessoas que não gostariam de trabalhar de jeito nenhum. “São principalmente idosos, que recebem benefícios previdenciários e alguns ociosos, os chamados ‘nem, nem, nems’. Nem estudam, nem trabalham e nem querem”, esclarece Moura.

Para a supervisora da Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese, Ana Belavenuto, é preciso considerar, ainda, a expansão da Seguridade Social no país. Hoje, segundo dados do Ministério da Previdência Social, há pouco mais de 31 milhões de beneficiários no sistema — 7 milhões a mais do que em 2005. “O recebimento de benefícios garante a retirada de parte dessa população mais idosa do mercado de trabalho”, afirma.

Fonte: Brasil Econômico

Mercedes negocia redução de salários e de pessoal

26/08/2014

Com queda de 13,6% nas vendas de caminhões até julho, fabricante opera com 65% da capacidade e diz buscar alternativas para se manter competitiva

Com 1,2 mil trabalhadores em lay-off (suspensão de contratos de trabalho) desde julho e operando com 60% a 65% de sua capacidade produtiva, a Mercedes-Benz negocia com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC medidas para reduzir tabela de salários e quadro de pessoal e tornar a fábrica de São Bernardo do Campo mais competitiva. Medidas semelhantes podem ser adotadas pela Volkswagen.

A fabricante de caminhões e ônibus emprega atualmente 10,5 mil funcionários na unidade de São Bernardo do Campo (SP). Além do lay-off, que vai até o fim de novembro, mantém um programa de demissão voluntária (PDV), que já obteve 1,1 mil adesões, e tem dado folgas coletivas aos trabalhadores quando necessário.

A intenção do grupo é reduzir a diferença dos salários pagos na fábrica do ABC em relação à de Juiz de Fora (MG) que, segundo o presidente da Mercedes-Benz do Brasil, Philipp Schiemer, chega a 50%. "O objetivo é que a diferença não aumente ou, melhor, que seja reduzida."

Outra medida, disse o executivo, é rever a forma de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e os reajustes salariais da data-base. "Em nenhum outro país, numa situação como esta (de crise no mercado) se falaria em reajuste salarial", afirmou Schiemer. "Isto está matando as empresas."

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informou que "não vai comentar negociações que estão em andamento". A Mercedes também quer estabelecer uma idade limite para os funcionários se aposentarem.

O clima entre os metalúrgicos do ABC é de insegurança. Há boatos de que a Volkswagen também estuda corte de cerca de 2 mil postos na fábrica Anchieta, onde trabalham cerca de 13 mil pessoas, assim como congelamento de salários e redução da PLR. O sindicato não comentou a informação.

Já a Volkswagen informou que "tem feito uso de ferramentas de flexibilização, previstas nos acordos estabelecidos com os sindicatos, para adequar o volume de produção à demanda do mercado. Nesse contexto, conta com um acordo de PDV para a fábrica Anchieta negociado com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em março de 2012, para ajustes de efetivo." Ontem, 4,5 mil funcionários da VW de Taubaté (SP) entraram em férias coletivas por dez dias. Hoje, os funcionários da General Motors em São José dos Campos (SP) realizam assembleia para decidir se aceitam ou não a proposta da empresa de colocar 968 pessoas em lay-off.

No momento, também adotam a medida a Volkswagen - nas fábricas de São Bernardo e São José dos Pinhais (PR) -, Ford (em Taubaté) e MAN em Resende (RJ). A Mercedes tem ainda 158 funcionários da unidade de Juiz de Fora em lay-off. Apesar de todas as medidas, o grupo tem ainda cerca de 500 funcionários excedentes nas duas fábricas.

Ajuste. Schiemer afirmou que a intenção do grupo não é fechar nenhuma das duas fábricas, mas torná-las mais competitivas. "A tarefa é fazer um ajuste para sobrevivermos até o mercado melhorar". De janeiro a julho, o mercado total de caminhões caiu 13,6% em relação ao mesmo período de 2013.

Ele aposta em um mercado de 130 mil caminhões neste ano, ante 149 mil no ano passado. O recorde foi em 2010, com 162 mil caminhões. Schiemer só espera uma recuperação das vendas a partir de 2016.

Para o presidente da Mercedes, o mercado brasileiro tem potencial para consumir 200 mil caminhões ao ano, desde que medidas sejam adotadas, como forte ajuste na economia para que o País cresça entre 3% e 4% ao ano, e criação de um programa de renovação da frota.

Schiemer reclamou da burocracia do programa de financiamento de caminhões pelo Finame. Segundo ele, pequenos e médios frotistas não têm acesso ao crédito.

Hoje, na opinião do executivo, não há segurança entre os investidores, em razão do baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e, mais pontualmente, por causa das eleições. A Mercedes, disse ele, mantém o plano de aportes de R\$ 2,5 bilhões entre 2010 e 2015.

Fonte: Estadão

Portal Mundo Sindical

Operários aprovam suspensão de contratos de 930 na GM em São José

Os funcionários da General Motors de São José dos Campos (SP) aprovaram na manhã desta terça-feira (26) a proposta da montadora para a suspensão dos contratos de trabalho (layoff) de 930 metalúrgicos do complexo. O layoff foi pedido pela empresa no fim de julho, que alega a necessidade da medida para adequar o volume de produção ao mercado.

A votação foi realizada durante assembleia que reuniu cerca de 2.500 mil funcionários no bolsão de estacionamento da montadora no início da manhã desta terça-feira. À tarde, o acordo também será colocado em votação para funcionários do segundo turno. Mesmo resistindo inicialmente à adoção do layoff, o Sindicato dos Metalúrgicos se colocou a favor da suspensão dos

contratos neste momento pela proposta atender as reivindicações que já haviam sido feitas pela categoria.

- Os trabalhadores confiam muito no sindicato, que sempre vai lutar em melhores condições para eles. Agora vamos cobrar investimentos na planta de São José dos Campos. Vamos cobrar do prefeito, do governador e da presidente também porque foi algo ajustado entre os três poderes. A GM tem que cumprir o que prometeu -, disse o presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros (Macapá).

A suspensão dos contratos de 930 trabalhadores deve ter início no dia 8 de setembro e tem previsão de durar cinco meses. Assim, os funcionários que forem escolhidos pela empresa para entrarem no regime de layoff só devem retornar ao trabalho em fevereiro de 2015. O acordo prevê estabilidade no emprego a esses empregados por seis meses após o retorno.

- Já tivemos outros layoffs aqui na fábrica, mas não temos muito o que fazer neste momento -, afirmou o metalúrgico Rodolfo Freitas, de 37 anos.

- Acho que a empresa deveria ceder mais, ela só quer explorar o máximo possível dos trabalhadores -, disse Valdir Martins de Lima, de 49 anos, sendo 23 de trabalho na GM.

O complexo de São José emprega cerca de 5,2 mil funcionários e a necessidade de layoff foi anunciada pela montadora em julho, alegando a necessidade de adequar o volume de produção à desaceleração do mercado.

Proposta

Antes da proposta final, empresa e o sindicato se reuniram em duas oportunidades para discutir o layoff na planta da cidade. Inicialmente, a categoria se mostrou resistente com a medida, alegando temer demissões e pediu estabilidade nos postos de trabalho.

Na última quarta-feira (20) a empresa informou o total de atingidos e o período para suspensão dos contratos, mas adequou a proposta antes da apreciação pela categoria.

Investimentos

Na semana passada, a GM também informou que aguarda a aprovação da matriz, nos Estados Unidos, para definir se irá ou não ocorrer o investimento de R\$ 2,5 bilhões, que foi anunciado no ano passado para fabricação de novos produtos. No início do mês, a montadora anunciou investimento de outros R\$ 6 bilhões no país, mas descartou a possibilidade da quantia ser destinada à São José.

Fonte: Fábio França/G1 - 26/08/2014

Portal Gestão Sindical

Greve de professores da rede municipal de São Luís completa três meses

26/08/2014 por Amazonas em Tempo

A pauta inclui ainda a criação de comissões para acompanhar obras de reforma e construção de escolas públicas- foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Sem acordo após várias rodadas de negociações intermediadas pelo Ministério Público do Maranhão, a greve dos professores da rede municipal de São Luís, completou três meses.

Com uma pauta de reivindicações que inclui aumento salarial e melhorias na infraestrutura das escolas, os educadores ocupam a sede da prefeitura da capital maranhense e afirmam que só deixarão o local com as demandas atendidas. Uma nova reunião está marcada para a próxima quarta-feira (27).

A greve foi iniciada no dia 22 de maio e a ocupação da prefeitura teve início na quarta-feira passada (20). O reajuste inicial pleiteado pelos professores era 20%.

Em uma contraproposta apresentada na última semana, esse percentual passou para 11%, de acordo com o Sindicato dos Profissionais do Magistério do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação).

Outras reivindicações são a garantia das progressões verticais e horizontais, concessão de titulações e aposentadorias, realização de concurso público este ano e elaboração de um projeto de lei que estabeleça eleições diretas para gestores escolares.

A pauta inclui ainda a criação de comissões para acompanhar obras de reforma e construção de escolas públicas.

A presidenta do Sindeducação, Elisabeth Ribeiro, se reuniu na manhã de hoje (25) com representante do Ministério Público e relatou ter cobrado respostas rápidas da prefeitura.

"Queremos respostas à contraproposta que fizemos. Uma resposta objetiva, porque parece que o governo não está se importando com o que está acontecendo com a educação pública municipal", disse a presidenta. Segundo ela, os professores esperam ter uma resposta do governo municipal na próxima quarta-feira.

O secretário municipal de Educação de São Luís, Geraldo Castro Sobrinho, rebate a crítica e diz que as rodadas de negociações ocorridas até hoje mostram o interesse da prefeitura em dialogar com os grevistas.

"Se participamos de oito rodadas de negociações e atendemos a vários itens da pauta, claro que nos interessa negociar. Mas tem um limite, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal", disse.

Segundo Geraldo Castro, a prefeitura já concordou em atender a algumas reivindicações dos professores, como a realização de concurso público, com a convocação dos aprovados à medida que a saúde financeira do município for estabilizada, e a concessão de aposentadorias que estavam estacionadas.

Sobre o reajuste salarial, ele diz que o assunto está sendo debatido, mas que não será possível tomar nenhuma decisão que fira a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Estamos debatendo as questões financeiras, porém, os municípios passam por dificuldade", diz.

O Tribunal de Justiça do Maranhão declarou a paralisação ilegal, sob o argumento de que a greve não tem amparo na legislação, por ter sido deflagrada durante a negociação e não observar o requisito de manutenção mínima de trabalhadores.

O Sindeducação recorreu da decisão e, no último dia 15, em sessão das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas, o órgão votou, por unanimidade, contra o recurso do sindicato.

Por Agência Brasil

Portal da CSB

Haitianos são resgatados em condições de escravidão em SP

Fiscalização também encontrou bolivianos em oficinas de costura, 31 pessoas foram libertadas em operações no Brás e no Mandaqui

Um grupo com 31 pessoas foi resgatado em condições análogas à de escravos em São Paulo em duas operações da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-SP) concluídas nesta sexta-feira (22). Foi a primeira vez, segundo a SRTE, que os auditores encontraram trabalhadores de origem haitiana entre os resgatados na cidade de São Paulo.

Doze haitianos e dois bolivianos foram resgatados em uma operação que foi realizada no Brás, na região central. Os auditores chegaram ao local após denúncia feita pelo Sindicato das Costureiras.

Os haitianos e os bolivianos foram encontrados trabalhando e morando na oficina, que prestava serviço para a empresa de roupas "As Marias". A empresa foi multada pelos auditores.

Em nota, a diretora Miriam Prado, da empresa "As Marias", responsabilizou uma empresa terceirizada pela situação e disse que desconhecia as ilegalidades.

De acordo com a Superintendência, a carga horária chegava a 15 horas por dia e os haitianos não tinham salário. Nos últimos dois meses, eles receberam R\$ 100 cada.

Uma das auditoras que participou do resgate, Elisabete Sasse, disse que algumas pessoas passavam a noite no chão da cozinha e foram deixadas sem comida quando reclamaram da exploração. "A oficina chegou a cortar a alimentação dos trabalhadores quando eles reclamaram da falta de pagamento", contou Elisabete.

Operação no Mandaqui

Uma segunda fiscalização ocorreu em uma oficina no Mandaqui, na Zona Norte, e localizou 17 trabalhadores bolivianos.

Os documentos dos trabalhadores eram retidos pelos donos da oficina que produzia roupas femininas para a confecção Seiki, segundo o Ministério do Trabalho.

A empresa foi obrigada a pagar R\$ 294 mil em direitos trabalhistas e recebeu 20 multas, que ainda vão ser calculadas.

O advogado da Seiki, Horácio Conde, disse que o serviço é terceirizado e que não sabia das irregularidades.

Condições degradantes

A superintendência informou que em ambos os casos as pessoas se encontravam em locais sem condições de higiene, moradia e alimentação. Após o resgate, as empresas receberam autos de infração e os trabalhadores foram ressarcidos, inclusive por danos moral e individual.

"Estavam em condições degradantes, amontoados, sem condições dignas de higiene, de moradia e de alimentação. O trabalho escravo é um crime e uma vergonha nacional", disse o superintendente Luiz Antonio Medeiros.

"Aqui em São Paulo estamos aprimorando a punição e as empresas que se utilizam de trabalho escravo na cadeia produtiva a partir de agora, além de entrar na lista suja, passarão a ser punidas através do mecanismo de cassação do ICMS."

A SRTE lembra que uma nova portaria determina que a superintendência comunique oficialmente à Secretaria Estadual da Fazenda o nome das empresas que terão o ICMS cassado, conforme determina a Lei Estadual nº 14.946.

Crime

O artigo 149 do Código Penal define uma pena de reclusão de dois a oito anos e multa para quem “reduz alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto”.

Fonte: G1

Portal da CSB

Aplicativo permite saber se marca usou trabalho escravo

ONG lançou ferramenta para ajudar os consumidores a comprarem roupas de forma consciente

Ao comprar uma roupa, não basta escolher a cor e o modelo. Mais importante ainda é verificar o tipo de mão de obra usado na confecção e se certificar de que a peça é produzida de maneira responsável. Para ajudar o consumidor a fazer sua compra consciente, a ONG Repórter Brasil lançou o aplicativo Moda Livre, que avalia medidas que as principais empresas de moda do país adotam para combater o trabalho escravo. Atualmente, a ferramenta monitora 45 empresas, entre grandes redes de varejo e grifes nacionais.

Só no ano passado, o Ministério do Trabalho resgatou 2.063 funcionários em condições análogas à escravidão, sendo que desse total 50% estavam no meio urbano. Atualmente, a Lista Suja do Trabalho Escravo, elaborada pelo ministério, conta com 609 infratores, entre pessoas físicas e jurídicas com atuação nos meios rural e urbano.

Para gerar os resultados do aplicativo, a ONG convidou todas as companhias a responderem questionário que avalia as políticas da empresa, as medidas adotadas para fiscalizar os fornecedores (confecções), ações de transparência e o histórico de envolvimento em casos de trabalho escravo.

As respostas renderam pontuação e, com base no resultado, as empresas são classificadas em três categorias de cores: verde, amarelo e vermelho. Aquelas que não responderam foram automaticamente incluídas na categoria vermelha.

Entre as redes de varejo, a C&A foi a única que obteve a classificação verde, que representa não ter problemas. Marisa, Renner e Riachuelo tiveram pontuação intermediária, enquanto a Leader teve nota vermelha, por não informar quais medidas adotou contra o trabalho escravo.

Informação é fundamental

A C&A conseguiu a melhor classificação em função da sua transparência. Segundo o aplicativo, a empresa divulga na internet as infrações identificadas, como casos de trabalho infantil e de pagamento abaixo do salário mínimo. Em nota, a rede informou que faz o monitoramento de toda a sua cadeia de fornecimento, por meio da Socam, empresa de auditoria do grupo.

A Marisa, por sua vez — que teve classificação amarela após o Ministério do Trabalho encontrar trabalhadores bolivianos em condições análogas às de escravidão em uma confecção fornecedora — ressaltou, em nota, que foi mantida a decisão judicial que isenta a companhia da responsabilidade sobre esse caso. Informou ainda que já investiu mais de R\$ 2,5 milhões em auditorias.

Já a Leader, que recebeu a nota vermelha, informou que tem controles próprios e audita sistematicamente os seus fornecedores.

A rede de lojas Renner informou na quinta-feira (21), por meio de nota, que tem o controle de sua cadeia de fornecedores por meio de auditorias periódicas executadas através de equipe própria e de empresas independentes. “A Companhia também é signatária da Certificação de Fornecedores da ABVTEX e, em 2013, aderiu ao Pacto de Erradicação do Trabalho Escravo e Pacto Global”, esclarece a nota.

A rede Riachuelo também foi procurada, mas até o fechamento da edição não havia se pronunciado.

Coordenador da Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto conta que sempre houve cobrança para que o consumidor agisse de forma responsável, mas não se garantia a informação necessária para isso. Segundo ele, muitas vezes as próprias empresas não têm conhecimento do que acontece em sua cadeia produtiva.

“As companhias se preocupam com as questões trabalhistas, mas a maior parte ainda não aplica políticas suficientes para combater o trabalho escravo”, avalia.

Fonte: O Dia

Portal Mundo Sindical

Contag entregará à Dilma 13 diretrizes para avançar no desenvolvimento rural

A candidata à reeleição Dilma Rousseff fará uma visita à sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) na próxima quinta-feira (28), às 12 horas.

Na ocasião, a diretoria da Contag entregará um documento com 13 diretrizes para avançar no desenvolvimento rural sustentável e solidário, a serem incluídas na plataforma de governo.

Essas diretrizes dialogam com os principais temas defendidos pela Contag, pelas Federações e Sindicatos, como a Reforma Agrária; Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Agroecologia; Meio Ambiente; Assalariamento Rural; Educação do Campo; Saúde; Previdência Rural; Mulheres Trabalhadoras Rurais; Juventude Rural; Terceira Idade; Participação Social e Fortalecimento da Democracia; Desenvolvimento Territorial; e Fortalecimento das Estruturas do Estado.

Nos seus 50 anos de lutas, a Contag consolidou-se como uma organização sindical capaz de propor, pressionar e negociar políticas públicas voltadas para desenvolvimento rural sustentável e solidário. Algumas das conquistas ao longo desse período, principalmente das negociações do Grito da Terra Brasil e da Marcha das Margaridas, são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o assentamento de milhares de famílias, entre outros, que contribuíram para a redução da pobreza e da desigualdade no meio rural.

Porém, mudanças ainda precisam ocorrer para que o campo brasileiro seja transformado num efetivo lugar do bem viver. Nesse sentido, a Contag, as Federações e Sindicatos estão na expectativa de que as propostas que serão entregues sejam incorporadas na plataforma da candidata.

Fonte: CTB - 26/08/2014

Portal Mundo Sindical

Maquinistas e aeronautas aderem à greve geral na Argentina

Sindicatos de maquinistas de trens, aeronautas e bancários anunciaram nesta segunda-feira que irão se juntar à greve geral de quinta-feira na Argentina. A paralisação foi convocada por centrais sindicais opositoras ao governo da presidente Cristina Kirchner para protestar pela deterioração dos salários.

"Aderimos à greve. Será uma greve nacional de trens de passageiros e de carga", adiantou Omar Maturano, do sindicato de maquinistas de trens La Fraternidad.

Enquanto se espera a definição do sindicato dos motoristas de ônibus, considerados uma categoria chave para paralisar o país, o governo acusou os sindicatos opositores de ter vínculos com os "fundos abutres", credores que ganharam ação bilionária nos Estados Unidos, desencadeando a declaração de moratória parcial da Argentina por agências de classificação de risco.

O chefe de gabinete, Jorge Capitanich, afirmou que esses grupos "defendem os interesses estrangeiros dos fundos abutres".

Luis Barrionuevo, um dos sindicalistas opositores, negou qualquer relação com os fundos especulativos e disse que Capitanich é um "pelotudo", expressão argentina correspondente a "imbecil".

Fonte: AFP - 26/08/2014

Portal do MST

Moreira Mendes, o ruralista que quer derrubar o conceito de trabalho escravo

Da Página do MST

Nessa época de eleições, a Página do MST inicia uma série de reportagens com informações sobre os candidatos da bancada ruralista que buscam se reeleger, mostrando o que estes políticos tem feito para beneficiar os grandes proprietários de terras e o agronegócio no Brasil, ao mesmo tempo em que criminalizam as lutas sociais.

Deputado Moreira Mendes (PSD / RO)

O deputado Moreira Mendes (PSD/RO) é membro da Frente Parlamentar de Agropecuária (FPA) e o atual líder da bancada de seu partido na Câmara. Nessas eleições, ele vai se candidatar ao Senado.

Ele é um dos críticos dos procedimentos de demarcação de terras indígenas, e, em seus pronunciamentos, ataca a Funai, o Ministério da Justiça, ONGs e também o Governo Federal.

Direitos Trabalhistas

É o autor do projeto de lei que modifica o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12), uma das armas da bancada ruralista contra a PEC do Trabalho Escravo.

Pela proposta, a expressão "condição análoga à de escravo, trabalho forçado ou obrigatório" compreenderá o trabalho ou o serviço exigido de uma pessoa sob ameaça, coação ou violência, com restrição de locomoção e para o qual essa pessoa não se tenha oferecido espontaneamente.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Domingos Dutra (PT-MA), um dos principais defensores da PEC, repudiou a proposta de Moreira Mendes. "Trabalho degradante é todo aquele que degrada a dignidade da pessoa humana. Dormir num curral é degradante, tomar água no mesmo tanque utilizado pelo gado é degradante", afirmou.

"Desde 1941, com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), já está estabelecido que nenhuma pessoa pode trabalhar mais do que oito horas normais e mais duas horas extras. Se a pessoa trabalha 12, 14, 15 horas, é jornada exaustiva. O que eles querem é retirar essas duas expressões do Código Penal para poder inviabilizar completamente a fiscalização do Ministério do Trabalho", acrescentou Dutra.

Questão Indígena

Para o deputado ruralista, a Fundação Nacional do Índio (Funai) seria a principal responsável pelos atuais conflitos que ocorrem por conta das demarcações de terras indígenas.

"A Funai não aceita o fato de que a Constituição estabeleceu uma linha de corte, um marco temporal para a questão indígena. Esse fato já foi consagrado pelo Supremo Tribunal Federal. Terra indígena é aquela que estava ocupada quando da promulgação da Constituição. É o interesse econômico que está por trás disso, não é o interesse dos indígenas, que são usados como massa de manobra", acredita Mendes.

Além do mais, Moreira Mendes é um dos apoiadores do projeto de emenda à Constituição que transfere a competência de demarcação terras indígenas para o Congresso Nacional, a PEC 215/2000, assim como votou a favor das mudanças no Código Florestal.

Perfil

Seu patrimônio declarado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2014 é de R\$ 1.657.200,00. Entre os bens declarados estão vários imóveis urbanos, cotas em empresas em seu nome, além de ser dono da Fazenda Três Capelas, localizada na margem da BR-364, em Porto Velho (RO).

Na campanha para as eleições de 2010, recebeu um total de R\$ 1.136.062,95 em doações diretas. Empresas de agropecuária, agroindústria, associação de indústria de armas e a Bunge fertilizante estão entre seus principais financiadores.

Foi condenado em ação civil pública por improbidade administrativa e fraude em aquisições irregulares de passagens aéreas fictícias pela Assembleia Legislativa de Rondônia. A Justiça determinou a perda de seus direitos políticos por cinco anos, a perda da função pública, pagamento de multa e ressarcimento aos cofres públicos.

No entanto, o TRE de Rondônia aceitou sua candidatura ao Senado para 2014, alegando que a sentença condenatória não faz referência à lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito. Para o juiz relator, Dimis Braga, "apesar da condenação do parlamentar à perda de direitos políticos, a Lei das Inelegibilidades exige que a conduta também tenha causado dano ao erário e enriquecimento ilícito".

Organizado por Ernesto Germano